

Diversidade **Linguística** na Escola Portuguesa

**Projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*
(ILTEC)**



www.iltec.pt



www.dgidec.min-edu.pt



www.gulbenkian.pt

Texto Narrativo – Quadro Geral

O que se entende por texto?

Tradicionalmente, entendia-se por texto um conjunto acabado de enunciados escritos ou frases que constituem um todo e se apresentam visualmente estruturados e impressos num suporte tipográfico. Um texto era, portanto, e fundamentalmente, encarado como uma unidade da língua escrita. No sentido entretanto proposto pelas correntes mais modernas da linguística, a associação do texto à escrita deixou de ser imediata e natural, passando a designação texto a referir-se a uma unidade de uso linguístico. Neste sentido, texto é tudo o que produzimos quando comunicamos, podendo o mesmo ser falado ou escrito. Da mesma forma, um texto pode ser de um autor ou de vários, isto é, pode ser de produção individual (uma carta, um relatório) ou de produção colectiva (uma conversa, um debate); pode ainda ser composto de apenas uma frase ou de várias, porquanto a extensão não é relevante para a consideração daquilo que é um texto, como se depreende da existência de textos como “Cuidado com o cão”, à porta de uma casa. Para além destes aspectos, um texto caracteriza-se por ser uma colecção harmoniosa de significados apropriados ao seu contexto e por ter um objectivo comunicativo.

Todo o texto, seja escrito seja oral, decorre num contexto de uso específico, isto é, a actividade de produção textual, encarada do ponto de vista de uma língua em particular, nomeadamente o Português, pode ser genericamente definida como língua em uso, sabendo nós com toda a certeza que têm sido os usos da língua que ao longo de milhares de gerações de utentes vêm moldando o sistema linguístico português. Dito de outra forma, a capacidade humana da linguagem, e com ela as línguas particulares, tem-se desenvolvido em função do quadro das necessidades humanas a que foi sendo chamada a responder. Daí que a uma pergunta como “porque é que a linguagem e as línguas naturais são como são?”, possamos responder que a sua especificidade está intimamente relacionada com as exigências a que as submetemos, ou seja, com as funções que têm de cumprir. Assim, podemos dizer que os sistemas linguísticos são estruturados pelo uso. E esse uso, enquanto actividade de produção textual, faz-se em função de e no seio de contextos particulares que, manifestando-se a dois níveis distintos, têm existência

dupla. De facto, um texto ocorre sempre em dois contextos, um dentro do outro: o **contexto de situação** e o **contexto de cultura**.

O registo

Tanto o contexto imediato da situação, como o contexto mais abrangente da cultura servem o texto enquanto configuração particular de significados. O primeiro surge fundamentalmente como motivador das escolhas que se operam ao nível do **registo do texto**:

- quer por meio do conhecimento que nele é assumido ou, dito de outra forma, da configuração da experiência que nele é veiculada (quem faz o quê a quem, em que circunstâncias, e a sua codificação em estruturas dependenciais de subordinação e de coordenação, denotadoras de relações lógico-semânticas entre as orações);
- quer pela expressão da atitude do locutor que o mesmo comporta (relações interpessoais manifestadas textualmente, por exemplo, em formas de tratamento, em termos de avaliatividade ou em diferentes tipos de modalidade);
- quer ainda pelas formas de configuração semântico-discursiva escolhidas para a sua organização (mecanismos de coesão, modalidades ou modos retóricos de descrição, argumentação, etc., organização temática e estrutura informacional, por exemplo).

Estas três variáveis de registo do texto, referidas respectivamente como **campo** (conhecimento assumido, configuração de experiência: o assunto do texto), **relações** (relações sociais e expressão de atitude veiculadas no texto: a manifestação de interpessoalidade) e **modo** (organização e formalidade textual: a codificação de significados do desenvolvimento textual) são determinantes para o processo social que vai **do contexto ao texto** enquanto manifestação de uma dada situação de uso da língua.

Expressão de padrões linguísticos de uso, as variáveis do registo do texto surgem, por um lado, como pistas para a **dedução contextual** (de um dado texto eu consigo deduzir o seu

contexto de situação/produção) e, por outro, como pistas para a **predição textual** (de um dado contexto eu consigo prever o tipo de texto que nele se vai produzir). A dedução contextual e a predição textual são duas possibilidades de aproximação ao texto e ao seu registo ditadas tanto pelas semelhanças que existem entre os textos que produzimos no nosso quotidiano, já que as mesmas são o resultado de um conjunto de regularidades observáveis, como pelas suas diferenças, porquanto estas são o resultado das diferenças pontuais existentes entre contextos de estrutura semelhante.

O género

Quanto ao segundo nível contextual, o já referido contexto de cultura, ele surge fundamentalmente como motivador de escolhas que se operam no âmbito do **género do texto** (ou protótipo textual, em outras terminologias). Enquanto as motivações de registo ajudam a tornar os textos diferentes entre si, as motivações de género ajudam a torná-los semelhantes, em função de uma certa estabilidade nas práticas e convenções associadas à sua produção. Por exemplo, o relato testemunhal de um acidente de automóvel de alguém para um seu amigo é diferente do “mesmo” relato testemunhal desse alguém para o seu patrão. As diferenças entre um e outro texto são de registo e são motivadas fundamentalmente pela variável relações do registo, isto é, pelas diferentes relações sociais que os participantes do evento comunicativo mantêm entre si e que a nível textual se manifestam em escolhas linguísticas diversas. As semelhanças entre os textos, por sua vez, são de género e são motivadas pelos objectivos culturais que os textos cumprem na sociedade (no caso, dar conta de uma ocorrência, um acidente de automóvel, de que um dos participantes do evento comunicativo foi testemunha). Daqui decorre que dois textos podem ser do mesmo género e serem, portanto, muito semelhantes a esse nível, mas mostrarem uma grande variação em termos de registo, sendo, portanto, também muito diferentes.

São as motivações de carácter genológico (que aproximam os textos entre si em função dos objectivos culturais a eles associados) que nos permitem falar, por exemplo, de tipologias

textuais. Respostas a perguntas como “Quais os objectivos culturais dos textos?” ou “Que tipos de textos são estes?” ajudam-nos a perceber aspectos dos géneros dos textos. Respostas a perguntas do tipo “Como são os textos diferentes entre si?” ou “Quem são os participantes envolvidos na produção e na recepção?” ajudam-nos, por sua vez, a perceber aspectos dos registos dos textos.

O potencial de estrutura genológica

No caso do presente projecto, o trabalho com a produção textual dos alunos de língua materna portuguesa, cabo-verdiana, ucraniana, chinesa (mandarim) e guzerate visava precisamente perceber o modo como os alunos produzem um tipo de texto particular, cujo objectivo cultural se encontra bem definido na nossa cultura e cuja prática é constante na aula de língua materna. Ou seja, mais do que interessados em questões do registo dos textos produzidos, queríamos sobretudo saber se as produções dos alunos revelavam domínio das convenções do **género** em causa. Tal tipo de texto, que podemos definir genericamente como narrativo ou, de uma outra forma, como uma história ou relato de acontecimentos, está perfeitamente vulgarizado na cultura e é parte integrante e produto de inúmeros eventos comunicativos do nosso quotidiano (o relato testemunhal do acidente de automóvel atrás referido, a história infantil, o *memorandum* da reunião, o relato daquilo que hoje me aconteceu no caminho para o emprego, etc. etc.).

Como qualquer texto de qualquer género, o texto narrativo (entenda-se por tal o texto que conta uma história e não meramente o texto que usa modos/modalidades retóricas de narração) desenvolve-se em função daquilo que podemos referir como a sua estrutura de género. É essa estrutura de género que o torna semelhante a outros textos do mesmo tipo, isto é, do mesmo género, permitindo-nos assim compreendê-lo e enquadrá-lo culturalmente em função das convenções de que faz uso.

O género de um texto é, portanto, identificável como a sequência de etapas ou passos funcionais distintos por meio dos quais esse texto se desenvolve, sendo que as possíveis

variações no domínio do género são o reflexo de diferentes encenações na sequencialização e estruturação dessas etapas. Precisamente porque a encenação, o pôr em acção dessas etapas, pode definir quadros de variação no domínio da estrutura genológica, a análise da sua realização terá que ser feita em função não de uma estrutura fixa e rígida, mas de um potencial, o potencial de estrutura genológica (PEG). A descrição desse potencial de estrutura genológica é a descrição dos recursos estruturais disponíveis para esse género em particular. Dito de outra forma, o PEG é a descrição do leque total de elementos retóricos opcionais, iterativos e obrigatórios de um género, assim como da ordenação desses elementos, de modo a equacionarmos e enquadrarmos na descrição as possibilidades de estruturação de qualquer texto que seja exemplo desse género.

Por exemplo, o PEG de uma transacção (um “encontro de serviço”) num posto de correios desenvolve-se em função de etapas que envolvem Saudação Inicial, Iniciação de Venda, Pergunta de Compra, Pedido de Compra, Venda, Compra, Fechamento de Compra, Fechamento de Transacção e Saudação Final. Nem todas estas etapas são obrigatórias, já que nem em todas as transacções do mesmo género têm Saudação Inicial (“Bom dia!”) ou Pergunta de Compra (“Tem cartões de telefone de 10 euros?”); da mesma forma, a Pergunta de Compra (“Tem cartões de telefone de 10 euros?”) pode também não ocorrer e ser substituída pelo Pedido de Compra (“Queria um cartão de telefone de 10 euros, por favor?”).

O género *narrativa de acontecimentos*

No caso do género narrativa de acontecimentos, tem-se como adquirido que do PEG fazem parte os seguintes elementos obrigatórios: [Localização Temporal Inicial](#), [Localização Espacial Inicial](#), [Introdução de Personagens e Sequencialização Lógica de Eventos](#); [também pode ocorrer, opcionalmente, um](#) Fechamento da Narrativa.

Efectivamente, os textos deste género seguem um padrão de estruturação de **etapas** que começa com uma referência temporal (“Era uma vez”, “Ontem”, “Há pouco, quando vinha para

aqui”) e uma referência espacial (“Era uma vez, num reino muito longe daqui”, “Ontem, na escola”, “Há pouco, quando estava no autocarro”), ou vice-versa (“Na escola, ontem...”).

Da mesma forma, espera-se a introdução de **intervenientes** na história, agentes das acções, enfim, personagens (“Era uma vez, num reino muito longe daqui, uma princesa”, “Há pouco, quando estava no autocarro, vi o João e...”, “Ontem, na escola, uma professora...”).

Para além disso, espera-se que os acontecimentos narrados ocorram em função de uma **sequência lógica, temporal**, e que, por fim, haja um **fechamento da narrativa**, se bem que esta etapa seja opcional (“E viveram felizes para sempre”, “Moral da história: não comprei o carro”, “E tudo ficou bem”).

De um ponto de vista textual, a encenação das etapas Localização Temporal Inicial, Localização Espacial Inicial e Introdução de Personagens do PEG da narrativa de acontecimentos corresponde fundamentalmente ao processamento de informações relativas a *quando*, *onde* e *quem* associados aos eventos que o produtor de texto pretende comunicar e que são indispensáveis enquanto princípios orientadores da progressão textual.

Como facilmente se depreende, a análise do processamento textual associado à expressão de género não é especificamente linguística, no sentido em que não decorre exclusivamente do conhecimento da gramática, mas do conhecimento do mundo e das manifestações de cultura simbólica que são relevantes numa dada comunidade. Esse conhecimento manifesta-se independentemente do conhecimento linguístico e não pode ser analisado com os mesmos instrumentos. Daí que, neste tipo de análise, e mais concretamente nos casos em consideração – produção textual de alunos de 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, nacionais e estrangeiros – a função seja mais relevante do que a forma, porquanto o que está em causa na análise é o domínio das convenções do género e não o domínio das regras da gramática, devendo tal diferença ser tida em consideração na avaliação dos resultados.

Bibliografia

- Gouveia, C. A. G. (1998): O texto. In *Língua*. Volume de Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada. s/l: FGP-Editor: 223-230.
- Gouveia, C. A. G. (1998): A coesão textual. In *Língua*. Volume de Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada. s/l: FGP-Editor: 231-238.
- Gouveia, C. A. G. (1998): Linguagem e poder. In *Língua*. Volume de Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada. s/l: FGP-Editor: 277-287.
- Pedro, E. (1996): Interacção Verbal. In Faria, I. H., E. Pedro, I. Duarte, I. & C. A. G. Gouveia, eds. (1996): *Introdução à Linguística: Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho: 449-475.

Ficha Técnica

- Carlos Gouveia